

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO MUNICIPAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - COMTRAE/SP**

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Informes

1. Retorno sobre contato com CONATRAE
2. Retorno do GT Denúncia
3. Apresentação da Representante da Coordenação Trabalho Justiça e Cidadania

Pautas

1. Participação de Leonardo e Caroline para apresentação da CMETI
2. Apontamentos sobre PMETE e o monitoramento

Participantes Governo: Bryan Rodas (SMDHC/CPMigTD), Laís Andrade Furtado Leite (SMDHC/CRAI), Núria Margarit Carbassa (SMDHC/CPMigTD), Ricardo Fernandes de Menezes (SMS),

Participantes Sociedade Civil: Antônio Alves de Almeida (CAMI), Aparecida Carmelita de Sousa (Sindicato das Costureiras), Luiz Evandro Vargas Duplat Filho (AMATRA-2), Victoria Perino Rosa (Repórter Brasil), Fernanda Drummond Pinheiro (Conectas)

Observadores/as: Silvana Abramo (NTADT- USP), Michel Borges da Silva (NTADT-USP), Juliana Otiz (Abvtex), Talita Patricio Perez (SMDHC/CMDCA), Leonardo Spicacci Campos (SMDHC/CMETI e SMS), Caroline Baggio (SMDHC/CPCA), Daiana Monteiro Santos (TJC)

Às 14h:10min do dia 15 do mês de junho do ano de 2023, no endereço R. Líbero Badaró, 119, SMDHC, reuniram-se os(as) Srs.(as) representantes do Poder Público, os(as) Srs.(as) representantes da Sociedade Civil e os(as) Observadores(as) a fim de discutirem a pauta do dia. O Sr. Bryan Zelmar Sempertegui Rodas presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Sra. Núria Margarit Carbassa.

Bryan: Olá, a todes. Vejo que tem novas pessoas na sala, também contamos com a presença da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil. Sejam bem vindos. Apresento as Pautas do Dia. Deixo em aberto para que os membros sugiram outros informes.

Silvana: Por favor incluir a apresentação da Representante da Coordenação Trabalho Justiça e Cidadania

Aprovação da ATA da Reunião 79

Bryan: Aprovadas as ATAS, vamos para o primeiro informe.

Informe nº 1: Retorno sobre contato com CONATRAE

Bryan: Enviamos um ofício para convidar a partilhar as agendas com a CONATRAE. Dado a essa mobilização a nível federal, a gente enquanto município gostaria de colocar em sincronia as discussões nesses dois âmbitos. Isso já aconteceu anteriormente, esses diálogos sincrônicos e paralelos, inclusive na construção do Fluxo Municipal de Atendimento à Pessoa vítima ou vulnerável ao TE, que não faria sentido se não dialogasse com o Fluxo Nacional. Conseguimos conversar com a CONATRAE nesta semana, e foi informado que houve alguns processos de transferência de Ministério da CONATRAE, como houve isso eles demoraram para nos responder. Porém, eles já nos retornaram e confirmaram presença para a próxima reunião. Temos um caminho em termos de política pública pelo monitoramento do PMETE, assim colaborando para as agendas de revisão. Caso queiram participar da reunião, estão convidados.

Silvana: Queria fazer um informe. Pedimos a admissão do Núcleo da USP para as reuniões da CONATRAE e fomos admitidos. Posso me colocar à disposição para trazer atualizações. O ministro Silvio Almeida comentou que há consenso que a CONATRAE permaneça no Ministério de Direitos Humanos. Além disso, se discutiu dois projetos: um do Rio Tapajós e em Sinope Mato Grosso quanto a articulação para acolhimento de imigrantes e as demandas migratórias.

Bryan: Nessa última reunião? E não se tratou da atualização do Plano?

Vitória: Estamos acompanhando esse processo de mudança, nos sentimos preocupados, mas é um espaço que podemos nos manifestar os incômodos.

Bryan: é um cenário favorável, mas também delicada essa mudança da CONATRAE para outra pasta. No grupo da COMTRAE, conversamos sobre a manifestação de Organizações Sociais e também de Colegiados para se manifestarem frente a esse cenário de transferência. Concordamos em aderir essa manifestação, podemos nos aprofundar sobre aderir. Houve outros membros aderindo. Além disso, concordamos que com esse processo, é possível perda de perspectiva. Porque se a CONATRAE for para a pasta de Ministério do Trabalho, perde o foco nos Direitos Humanos e na pessoa.

Silvana: Da nossa parte, pessoalmente, sou a favor de que continue na pasta de Direitos Humanos.

Roque: A preocupação da saída e mudança de pasta existe sim, mas há uma preocupação maior de que se dê continuidade às ações de combate ao trabalho escravo.

Bryan: Vamos ver o que sai desse diálogo com a CONATRAE e colocaremos o que foi essa conversa com vocês. Acho importante alinhar parcerias técnicas, acredito que nós sozinhos não daríamos conta da revisão de um plano sozinhos. Podemos envolver outros atores e fortalecer ações.

Vitória: Desculpa a pergunta, mas existe um histórico de revisão do Plano? Eu sei que houve um GT para revisão, mas caberia retomar esse histórico. Para que não precise sair do zero.

Bryan: em 2018 e 2019 houve um processo de avaliação e monitoramento do Plano que foi lançado em 2015. Então se fez esse processo de monitoramento e avaliação: quem fez o que, quem não fez, e diagnósticos. Foi lançado esse monitoramento, em parceria com a OIT e a Smart Led, que está na internet. Adicionamos atores, participantes da COMTRAE e dimensionamos esses trabalhos.

A revisão significa pegar a avaliação dessa política pública e avaliá-la. Pensamos em alguns pontos com base nesses documentos que já temos e podemos partir disso, o que foi realizado e o que não foi realizado e as recomendações.

Núria: Inclusive, o Monitoramento foi enviado junto com o convite para a reunião.

Roque: Nesta época, fizemos etapas de observações do que foi realizado, o que não foi e pensamos nas recomendações. Seria importante parar novamente, para rever juntos essas ações. Talvez seria bom nos dedicarmos a isso como pauta principal. E ver o que pode resgatar e o que pode manter como trabalho e ação.

Pauta nº 2: Apontamentos sobre PMETE e o monitoramento

Bryan: acho que temos que nos apropriar desse plano e monitoramento. Inclusive consultando a SMARTLAB, importância de dados e como utilizá-los para avaliar e diagnosticar as políticas públicas. Aí está o monitoramento, se vocês observarem 80% do Plano foi analisado. Tem registrado todo o processo e está colocado de forma dinâmica e de fácil observação.

E esse é o relatório do Plano. E esta por diferentes eixos que compõem, membros e quais os processos metodológicos.

Victoria: Esse monitoramento foi discutido em reuniões passadas?

Roque: Sim, mas não avaliamos os resultados.

Victoria: Podemos colocar isso como pauta então.

Bryan: Esse é de fato o intuito, promover essa reflexão de onde paramos. Lançamos esse fluxo em 2020 e veio a pandemia. Demos prioridade ao Fluxo, mas dado ao contexto institucional de poder mobilizar isso com parceiros nacionais, acho oportuno. Nesse relatório, no final de cada sessão tem uma nota de outra perspectiva em que dá sugestões sobre o que precisa ser aprimorado. O intuito é aprofundar esse diálogo na COMTRAE.

Roque: Seria interessante que as instituições incluíssem esse trabalho no site o plano e o monitoramento.

Bryan: se houver oportunidade para conseguir isso com as instituições, seria interessante promover o acesso mais facilitado a esse trabalho.

Victoria: como vocês pensam em fazer essa discussão?

Bryan: É mais fácil a gente utilizar o espaço das Reuniões Ordinárias, na medida do possível, podemos reler e alguns ler esse relatório para que possamos iniciar uma discussão por eixos. E pensar pontos estratégicos para estruturar um novo plano, adição de apoios específicos do poder público, ou seja, tem alguns pontos que precisa ser avaliado.

Encaminhamento: Reenviar o monitoramento e o PMETE

Silvana: Esse sistema faz com que a gente aprofunde os temas, e podemos adotar a metodologia de indicar os destaques de mudança. Sugiro que façam reuniões ao longo desse processo ou no final dele, uma Conferência Municipal para divulgar e aproximar de outras entidades.

Bryan: Eu concordo sim, podemos pensar nesse pressuposto. Ver o que esperamos desse processo e avaliar os problemas. Tudo bem se for assim, há alguma sugestão?

Victoria: Sim, podemos nos dividir por eixos e discutí-los.

Silvana: Acho mais rico fazer a discussão com todos do que separar em grupos.

Bryan: Temos 5 eixos estratégicos. Podemos tentar dois por reunião ordinária e necessita-se que todos leiam para chegarmos preparados.

Encaminhamento para a próxima reunião: Inicialmente discutir as Ações Gerais e Ações de Repressão.

Bryan: Podemos passar então para a apresentação da CMETI, Carol e Leonardo.

Pauta nº 1: Participação de Leonardo e Caroline para apresentação da CMETI

Leonardo: Eu trouxe essa apresentação, para ficar visual e fácil de explicar. Estou desde outubro de 2021 na CMETI composta por vários órgãos do poder público e da sociedade civil. No dia 12 de junho é o dia de combate ao trabalho escravo infantil. A pauta de Trabalho Infantil, lida com limitações e algumas tendem a subestimar o trabalho infantil em atividades ilícitas. Quase a totalidade de atividades realizadas por crianças nas ruas de São Paulo configuram esse cenário de trabalho infantil.

O Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua (2022) – [Censo CASRUAS](#) apresenta alguns dados.

O [SISRUA](#) é outra plataforma que levantam registros e diagnósticos do trabalho infantil. Estamos desenvolvendo um projeto que vai analisar as atividades de trabalho infantil também fora das ruas. Temos o Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho

Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador, elaborado em 2016. A ideia é que o novo plano seja elaborado no 2º semestre de 2023. Em linhas gerais é isso e estou aberto para conversar com vocês.

Silvana: A INPACTO poderia contribuir fazendo uma ponte com esse trabalho de Erradicação do Trabalho Infantil.

Núria: Achei muito legal, agradeço pela apresentação. Se os conselheiros e conselheiras estiverem de acordo, sugiro que se pense junto com CMETI em como levar em consideração nas publicações e planos subsequentes o trabalho infantil que acontece em espaços onde ocorre Trabalho Análogo ao Escravo.

Bryan: Seguindo essa linha da Núria, queria que você comentasse mais dessa dificuldade com os espaços privados.

Leonardo: Nossa dificuldade maior é a abordagem em espaços privados, atualmente nos centramos em TI que ocorre em espaços públicos, com situações de crianças vendendo pano de prato no estacionamento do supermercado. Não tem uma mão visível aliciando aquela criança. Diferente de espaços como lavar-rápido, por exemplo, que emprega muitos adolescentes e se o explorador é identificado, temos um fluxo e encaminhamos o atendimento. Mas existe uma entrave para a entrada nesses espaços, como shoppings e supermercados.

Michel Borges: Ou seja, seria importante o conhecimento geral de como denunciar uma situação que é visível. Uma ideia de facilitar a visibilidade da denúncia seria um caminho, para que todos saibam onde denunciar.

Leonardo: Estamos tentando facilitar. Terá também o aplicativo 156, nós indicamos a centralização das denúncias por este canal. A questão também, por exemplo, o quanto o shopping ou mercado ou metrô é responsável por essa situação? Necessitamos de uma estratégia intermediária.

Carolina: Nem todo mundo enxerga a mendicância como um trabalho. A questão do 156 tem uma certa facilidade para a denúncia, a questão é a forma de como essa problemática chega para a população.

Leonardo: existe uma percepção sobre ligar e denunciar um trabalho infantil, imaginam um cenário horrível. Imaginam o conselho tutelar tirando a guarda da criança da família. Então paramos de usar o termo denúncia, para esvaziar essa ideia de perseguição à criança. Utilizamos a frase “canal de atendimento social para criança”.

Antonio: Essa temática é desafiadora e muito importante. Pensando nisso, faço relação na cultura do trabalho e quanto a discussão do trabalho infantil indígena?

Leonardo: Esse tema ainda não conseguimos avançar, entre agora e o fim do ano avançamos nesses recortes. Ainda não temos uma estratégia e nem um posicionamento institucional.

Aparecida: A importância do papel da fiscalização precisa ser pontuada. No contexto de oficinas de costura, por exemplo, ocorre muita exploração infantil.

Informe nº 3: Apresentação da Representante da Coordenação Trabalho Justiça e Cidadania

Nuria: Conforme solicitado na Reunião passada, apresento também a presença da Letícia do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Letícia: Apresenta o CMDCA e se coloca à disposição para fazer um convite aos conselheiros para apresentarem o conselho na COMTRAE em uma reunião posterior.

Bryan: Seguimos então para a apresentação da Daiana Monteiro Santos do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania - TJC.

Daiana: Sou a Daiana Monteiro Santos e represento o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania - TJC é uma iniciativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA em parceria com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região - AMATRA 2. O TJC começou efetivamente dentro das escolas municipais no ano passado. Seguimos com um convênio com o município de Barueri. Seleccionamos escolas em regiões mais vulneráveis para fazermos ações nas escolas. O Projeto é uma ação multiplicadora com os professores. Formações com professores com Juízes sobre determinados temas. Trabalhamos com a Secretaria de Educação. Os temas pautam poder judiciário, direitos humanos, trabalho formal, trabalho informal, a importância do clt e os riscos do trabalho informal.

Levamos informações para alunos do 9º ano que estão prestes a entrar no ensino médio. Levamos noções de trabalho aprendiz e conseguimos promover visitas no Fórum da Barra Funda, tudo isso custeado pelo Tribunal e com a Associação AMATRA. Falamos sobre diversidade e discriminação no trabalho. Mostrar toda a realidade do trabalho que existe no Brasil.

Eu vi que na Ação Preventiva a Amatra se envolveu com a proposta de realizar oficinas. Apresento pra vocês esse projeto, com o intuito de nos colocarmos a disposição para fazer essas atividades de difusão do conhecimento para práticas de prevenção e enfrentamento do trabalho escravo.

Nuria: Agradeço pelas apresentações e isso é fundamental para as nossas discussões. O CDHIC e o CAMI têm sugerido ações de formação conjuntas.

Informe nº 2: Retorno do GT Denúncia

Bryan: Agradecemos a presença do TJC e da CMETI também. A gente queria colocar rapidamente alguns informes sobre o GT Denúncia.

Nuria: os que estiveram com a gente na primeira reunião podem falar.

Laís: Nos reunimos e decidimos que pesquisaremos materiais sobre denúncia de trabalho escravo. Antonio ficou responsável de reunir esses materiais. Enquanto que eu e a Núria vamos fazer um levantamento de atendentes para fazer um diagnóstico e levar adiante um material que se baseia no trabalho dos servidores.

Núria: Só recapitulando, o GT Denúncia tem o objetivo de criar uma cartilha de apoio para os atendimentos de coleta de denúncias. A reunião de escuta será no dia 6 de julho. Convido a todos para esse momento, podem levar outros materiais.

Antônio: Faço um apelo para que me enviem materiais e cartilhas seja digital ou impresso. Podem me enviar por favor, para avançar a partir do que já temos. Deixei meu email no grupo, podem encaminhar material pelo grupo.

Núria: aproveitando a presença de Talita, Carolina e Leonardo enviarem materiais que tematizem o momento da denúncia. Será de grande contribuição.

Roque: Assessorias Jurídicas e Serviços Sociais se puderem convocá-los para essa reunião no dia 6 de julho às 10 hrs.Vai ser virtual.

Bryan: Agradeço a presença de todos. Retornamos com os encaminhamentos.

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às **16h:26min** e, para constar, eu, **Jess Ferreira**, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais participantes.

Encaminhamentos


N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Reenviar o monitoramento e o PMETE	Secretaria Executiva	Até 13/07/2023
02	Discutir na próxima reunião as Ações Gerais e Ações de Repressão.	Secretaria Executiva	Até 13/07/2023
03	Leitura do Monitoramento: Ações Gerais e Ações de Repressão	Conselheiros/as	Até 13/07/2023

Membros (as) da COMTRAE/SP

A
Núria Margarit Carbassa
(Secretaria Executiva - CPMigTD/SMDHC)

J
Jess Ferreira Silva
(apoio Secretaria Executiva - CPMigTD/SMDHC)

1	x	x
Bryan Zelmar Sempertegui Rodas Presidente (a)	<i>Laís</i> Laís Andrade Furtado Leite Vice - presidente(a)	x
2	x	
<i>Ricardo F. de Menezes</i> Ricardo Fernandes de Menezes Secretaria Municipal de Saúde	Cássia Liberato Muniz Ribeiro Secretaria Municipal de Saúde (suplente)	
3		
Marcela Garcia Corrêa Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Matheus Martinez Crepaldi Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (suplente)	
4		
Vanessa Ferraz de Mello Secretaria Municipal de Subprefeituras	Claudenice Barbosa de Andrade Francisco Secretaria M. de Subprefeituras (suplente)	
5		
Rogério Gonçalves da Silva Secretaria Municipal de Educação	Gláucia Cristine Silva Burckler Secretaria M. de Educação (suplente)	
6		
Luiz Carlos Lopez Secretaria M. da Pessoa com Deficiência	Raquel Vazquez Paulino S. M. da Pessoa com Deficiência (suplente)	
7		
Vinicius da Silva Alexandre Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Karina Yumi Guimarães Miyamoto Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (suplente)	
8		
Talita Vieira Antonio Secretaria M. de Relações Internacionais	Camila Gomes de Assis Secretaria M. de Relações Internacionais	
9		
Jorge Gustavo Pinna Rodrigues Secretaria M. de Inovação e Tecnologia	Tabata Sousa da Luz Ribeiro Secretaria M. de Inovação e Tecnologia	

1	Camila Cristina Zelezoglo Abit (Soc. Civil)		Rosane Ramos dos Santos Tanabe Abit (Soc. Civil - suplente)	
2	Federico Marti da Rosa Fornazieri CDHIC (Soc. Civil)		Manuela Leal Santullo CDHIC (Soc. Civil - suplente)	
3	 Roque Renato Pattusi CAMI (Soc. Civil)	x	Antônio Alves de Almeida CAMI (Soc. Civil - suplente)	x
4	 Aparecida Carmelita de Sousa Sindicato das Costureiras (Soc. Civil)	x	Sindicato das Costureiras (Soc. Civil - suplente)	
5	Júlia Mello Neiva CONECTAS (Soc. Civil)		Fernanda Drummond Pinheiro CONECTAS (Soc. Civil - suplente)	x
6	Luiz Evandro Vargas Duplat Filho AMATRA-2 (Soc. Civil)	x	Flávia Ferreira Jaco de Menezes AMATRA-2 (Soc. Civil - suplente)	
7	Edmundo Lima ABVTEX (Soc. Civil)		Angela Bozzon ABVTEX (Soc. Civil - suplente)	
8	Natália Suzuki Repórter Brasil (Soc. Civil)		 Victória Perino Rosa Repórter Brasil (Soc. Civil - suplente)	x
9	Marina Martins Ferro INPACTO (Soc. Civil)		Paola Coelho Gersztein INPACTO (Soc. Civil - suplente)	